



Sala de recurso multifuncional UFSJ: perspectivas e desafios na acessibilidade para alunos surdos

Cleuzilaine Vieira da Silva
cleuzilaine@ufsj.edu.br

Ariane Luiza Costa Silva
ariane.lcsilva@gmail.com

Bruna Reis Serpa
brunaserpa12@gmail.com

Cassia Denise dos Santos
cassinhaejunior@gmail.com

Iuli do Carmo Melo
iulimelo05@yahoo.com.br

Orisvaldo Antônio da Silva
orisvaldos@ufsj.edu.br

Stelly Laura de Souza Andrade
stellylandrade@gmail.com

Universidade Federal de São João del Rei | Brasil

Resumo

O presente relato de experiência trata da descrição e reflexão das ações realizadas por meio do Programa de Extensão Sala de Recursos Multifuncionais UFSJ, financiado pelo Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei em 2015. Os objetivos do programa se baseavam em promover a acessibilidade dos alunos da UFSJ com algum tipo de necessidade específica, além de acompanhar, apoiar e dar suporte educacional para a comunidade surda local, visando a garantir a este grupo minoritário condições de acesso ao conhecimento acadêmico.

Palavras-chave

Acessibilidade; Surdos; Inclusão.



1 Introdução

O texto trata de experiências compartilhadas no “Programa de Extensão Sala de recursos multifuncionais UFSJ”, abordando as perspectivas e os desafios na acessibilidade para os alunos das escolas inclusivas, apresentando também reflexões sobre as práticas acadêmicas de inclusão na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Desta forma, o programa de extensão supracitado, foi articulado com as propostas do Núcleo de Acessibilidade Diversidade e Trabalho (Nace) e com o Setor de Inclusão e Assuntos Comunitários (Sinac) da UFSJ, tendo como objetivo promover a acessibilidade dos alunos com deficiência da Universidade e fornecer auxílio didático para alunos do ensino fundamental e médio das escolas regulares inclusivas em São João del Rei (MG).

O programa se mostrou importante para o ensino de questões ligadas à inclusão; oportunizou a extensão universitária que acrescenta na formação profissional do aluno e ao mesmo tempo traz benefícios diretos a comunidade local. Os eventos promovidos pelo programa oportunizou aos bolsistas e colaboradores aprofundar as discussões sobre surdos, cegos e disléxicos enquanto professores, alunos e cidadãos. Destaca-se também que o programa buscou incentivar a pesquisa, propondo por meio de encontros entre bolsistas e colaboradores; grupo de estudos sobre coletas de dados; estudos sobre grupo focal e observação participante; estudos sobre a comunidade surda; sobre o português como segunda língua e métodos de ensino para surdos.

Neste sentido, as ações propostas foram pautadas no acompanhamento pedagógico de alunos surdos da escola regular e atendimento do público interno em geral, com oferecimento de cursos na área Libras como: curso de português como segunda língua, para a comunidade surda local; mini-curso de *Sign Writing* (Escrita de Sinais) para os bolsistas, capacitação em sobre Dislexia, Libras, e tecnologias para acessibilidade. Com o ensino foi proposto aos bolsistas o contato com a comunidade surda em atendimento educacional especializado, oportunizado a vivência das perspectivas e desafios enfrentados pelo aluno surdo e pelos professores na sala de aula inclusiva das escolas regulares em São João del Rei-MG. Desta forma, as atividades do programa de extensão foram alicerçadas no tripé, Extensão–Ensino–Pesquisa, validando a importância da interdisciplinaridade para a construção do conhecimento dos bolsistas



e da comunidade local e acadêmica.

É importante salientar que essas experiências contribuíram para a formação acadêmica e profissional dos bolsistas, oportunizando novos olhares para as práticas pedagógicas com relação ao aluno surdo, aos alunos com alguma necessidade específica e com relação à promoção da acessibilidade no meio educacional.

2 SOBRE A PROPOSTA DA INCLUSÃO

Os desafios que intercalaram ações de inclusão nos levou a reflexão sobre as seguintes questões: O que estamos fazendo é inclusão? Estamos preparados para receber o aluno com necessidade específica na escola e na sociedade? O comprometimento dos alunos e gestores corresponde um compromisso com a verdadeira inclusão?

Nesse sentido é preciso estabelecer que inclusão e integração possuem conceitos diferentes, e que o fato de uma pessoa com necessidade específica estar em uma sala de aula juntamente com outros alunos, não constitui necessariamente uma inclusão. No que diz SASSAKI (1997, p. 41-42), “a integração significa inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade e a inclusão significa modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”.

Assim, SANCHES (2005) apresenta o seguinte quadro para a diferença:

INTEGRAÇÃO	INCLUSÃO
Competição	Cooperação/solidariedade
Seleção	Respeito às diferenças
Individualidade	Comunidade
Preconceitos	Valorização das diferenças
Visão individualizada	Melhora para todos
Modelo técnico-racional	Pesquisa reflexiva

Fonte: Sanches (2005)



A proposta da inclusão pode ser considerada uma ação recente diante do longo período da história em que as pessoas com deficiência foram ignoradas, segregadas e viveram a margem do processo educativo e social.

Nisto, ressalta-se primeiramente que um dos maiores desafios é o de quebrar barreiras em uma sociedade culturalmente marcada por ideologias dominantes, buscando conhecer também os discursos e ideologias dos grupos minoritários num sentido de somar conhecimentos. ALMEIDA (2009, p. 83) afirma “o que eu conheço se humaniza, e me humanizo à medida que conheço. O que me permite ampliar as consequências e sentidos do conhecimento: já que sei que o conhecimento não é um fenômeno exclusivamente individual, mas também coletivo”.

Desta forma, destaca-se a barreira de atitudes e/ou comportamento. O desafio a ser vencido nesta barreira: é a desconstrução de vários mitos que ainda permeiam a concepção de “deficiência”, a própria palavra “deficiência” já sugere defeito, déficit, numa representação social que salienta a incapacidade e não o contrário. As atitudes comportamentais, muitas vezes de repúdio à diferença, concretizam ainda mais esta barreira com relação aos grupos minoritários. Para MARQUES et al. (2009, p. 45) “Muitos de nossos receios, medos, superstições, preconceitos, discriminações, frustrações e estereótipos que ficaram registrados culturalmente durante séculos, estão fundados nas bases da exclusão.”

Inclusive pode-se destacar que um desafio para a inclusão das pessoas surdas nos ambientes sociais é transpor a barreira comunicacional. Os surdos, que utilizam a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais como língua materna, são excluídos em diversas situações com relação às informações em sua língua materna. O fato é que muitos ouvintes não sabem LIBRAS e não possuem orientações de como proceder em ensino, e atendimento de surdos. Uma das situações que chamam atenção é as informações passadas de forma errada ou mesmo falta de qualquer informação a este grupo.

No que diz GESSER (2006), os ouvintes se encontram despreparados para atender às necessidades do surdo em consequência de duas questões:

- a) a falta de conhecimento na língua de sinais do surdo ligada à complexa forma pela qual se dá o contato inicial e a relação com essa língua e ;



- b) a força e a influência com que os discursos institucionalizados pautados na deficiência atuam nas práticas cotidianas dos ouvintes, especialmente quando estes se relacionam com o surdo e a surdez.

Também é possível citar as barreiras metodológica e instrumental, essas barreiras estão intrinsicamente ligadas à comunidade surda. Para a barreira metodológica, SASSAKI (2003, p. 41-42); afirma que para romper com essa barreira é necessário uma acessibilidade metodológica, ou seja, sem barreira nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de logística didática etc.). de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.) de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa), de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.) e de outras áreas de atuação.

Ainda segundo SASSAKI (2003), para a barreira instrumental é necessário uma acessibilidade instrumental, isso significa, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar tomar banho etc.), de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.) e de outras áreas de atuação.

Desta maneira, as barreiras citadas impedem a pessoa surda como indivíduo de exercer seus direitos e seu papel como indivíduo crítico, independente e contribuinte das formações ideológicas de outros indivíduos surdos. A língua, a atitude, o pensamento e o histórico cultural do povo surdo se tornaram nos dias de hoje ferramentas de lutas muitas vezes contra as imposições ouvintes. Nisto TESKE (2009, p. 153) afirma;

As pessoas sejam elas surdas ou não produzem sua comunicação e ação criando e recriando um ambiente social da vida, onde a produção simbólica dá vazão a um corpo de conhecimentos previamente teorizados, através dos atos de fala e a cooperação existente nas suas ações. Isso não significa emancipação através da razão, mas reflete a própria condição de ser humano. É importante ressaltar que esta condição só é possível quando este ser se reconhece na sua obra, no



seu trabalho e nos seus sentidos.

Sob essa égide, com a inclusão de pessoas com necessidades específicas, a surdez passou a ser vista como diferença e não como deficiência. SKLIAR (2010) aponta a surdez como uma diferença com construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos.

Portanto, romper com as práticas da exclusão social e educacional constitui um fator crucial na tomada de decisão rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática. A importância de programa de extensão que busquem o fortalecimento das redes de solidariedade, muitas vezes subterrâneas e de contra poderes, é fundamental para que se possa fortalecer novamente o Estado Social, não na perspectiva do único, mas voltado para e com as diferenças, sem com isso perder-se um projeto social mais ampliado em direção aos direitos de “ser humano”.

3 METODOLOGIA E RESULTADOS

Em 1994, a Declaração de Salamanca tornou-se um marco da educação inclusiva, com objetivo de inserir a pessoa com deficiência no processo escolar regular para serem educados juntos com os alunos sem deficiência e em idade regular. A declaração toma a ação de educar como princípio de justiça e igualdade social.

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (SALAMANCA, 1994, p. 17-18)

As leis foram estabelecidas e depois modificadas, e programas oriundos de políticas públicas foram implementados da educação básica ao ensino superior, e o que vemos é uma escola que não dá conta das necessidades especiais desses alunos. Então o resultado é o fracasso escolar, com a culpabilização do aluno e a falta de formação dos professores da educação básica quanto à inclusão.

A partir de desse quadro nas escolas públicas em todo país, foi proposto pela extinta Secretaria de Educação Especial (Seesp) à implantação das Salas de Recursos



Multifuncionais em que o objetivo era de apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com (ALVES, 2007), as Salas de Recursos Multifuncionais, na maioria das vezes são espaços implantados na própria unidade escolar em parceria com o governo: federal, estadual e municipal. Segundo a autora, é realizado atendimento especializado para os alunos com diversidade funcional, fazendo uso de estratégias de aprendizagem centradas em um “novo fazer pedagógico” que possa favorecer a construção de conhecimentos pelos alunos, para que eles participem efetivamente da vida escolar. Assim, o AEE complementa o atendimento às necessidades específicas de cada educando, assegurando a garantia de uma melhor assistência nas limitações e contribui na integração social e educacional destes educandos.

A sala de recursos da Universidade Federal de São João del Rei apresenta uma proposta semelhante ao Programa proposto pela extinta Seesp, no entanto, como programa de extensão universitária, o objetivo é atender inicialmente aos alunos surdos da comunidade surda local e também aos discentes universitários que necessitam de acessibilidade para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, como: leitor de provas para alunos com baixa visão ou necessidades visuais, suporte pedagógico para alunos surdos, disléxicos ou com dificuldade de aprendizagem e/ou necessidade comunicacional.

É importante destacar que, a implantação da sala recursos foi realizada em 2013 funcionando em local provisório atendendo aos alunos da comunidade interna (UFSJ), com alguma diversidade funcional e que precisasse de atendimento especializado, porém somente em 2015 o projeto conquistou uma sala no primeiro andar da biblioteca do campus. A partir desse ponto é que se propõe apresentar neste relator de experiência, de forma descritiva, os desafios da inclusão.

A sala de Recursos multifuncionais da UFSJ buscou viabilizar um ambiente que possua equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos como livros didáticos e impressora de Braille, bolsistas com noções básicas e avançadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, equipamentos com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, entre outros. Além de capacitações para as pessoas envolvidas com esse projeto para que haja melhor atendimento educacional especializado, pois um dos principais objetivos é a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência,



As atividades foram realizadas nas dependências da UFSJ, nos campi Dom Bosco e Santo Antônio. As demandas que surgiram ao longo do programa foram analisadas e discutidas em reuniões semanais, que aconteciam na Sala Recursos.

No presente projeto o objetivo era promover da melhor forma possível acessibilidade, apesar de ser um cenário diferente do escolar, tínhamos como meta o que (CARVALHO, 1999), defende para efetivação da educação inclusiva.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p. 52).

Desta forma, os atendimentos aconteciam na sala recurso, uma sala no piso térreo da biblioteca do Campus Dom Bosco da UFSJ, a busca por uma sala no piso térreo é justamente para que o público atendido tivesse fácil acesso ao local e para que a esse público pudesse ser visto, incluído, demonstrando sua participação em contexto maior, à sociedade.

Além disso, um dos conceitos fundamentais para uma inserção de pessoas com necessidade específica na sociedade é que essas pessoas tenham autonomia, o que SASSAKI (2006, p. 35), “autonomia é a condição de domínio do ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce”.

Desta forma, um dos objetivos da sala era de auxiliar ao público acadêmico e da sociedade a conquista da autonomia na comunicação, no uso do espaço físico e nas relações interacionais na escola e na sociedade.

A demanda atendida no projeto foi inicialmente a comunidade surda, e após análise de prioridade nesta demanda, houve necessidade de ser implantado o atendimento educacional especializado os alunos surdos da UFSJ e da comunidade local. Os atendimentos, que ocorreram no primeiro semestre de 2015 na Sala de Recursos, foram realizados por, nós, bolsistas de diferentes áreas, sendo elas: Letras, Pedagogia, Psicologia e Química, sendo orientados pela professora de Libras.

Os atendimentos eram realizados no período da manhã, tarde e noite, em horários alternados visando atender aos alunos surdos de duas escolas da cidade, de níveis escolares diferentes. Apesar de o projeto de extensão nos ofertar cursos de capacitação, a aquisição de fluência em Libras demanda tempo e convívio com a



comunidade surda, infelizmente, como nós ainda estávamos em processo de aquisição da língua, alunos surdos ficaram desmotivados devido à barreira da comunicação dificultava o andamento do atendimento.

Num primeiro momento, tínhamos tido a expectativa de que se conseguissem explicar o conteúdo de cada disciplina para os alunos surdos, os mesmos teriam autonomia para fazer a lição de casa. No entanto, os alunos surdos por questões familiares, e mesmo por questões educacionais históricas com relação à dependência de outras pessoas para a realização de atividades escritas, não conseguiram conquistar uma total independência, pois possuíam dificuldades com a leitura e mesmo com relação à autonomia para fazer suas lições de casa.

Neste sentido, foi perceptível a necessidade de intervenção psicológica com os alunos surdos e também com os familiares, no entanto, essa atividade não pode ser realizada, devido à impossibilidade de um planejamento e de supervisão de um professor de psicologia que tivesse conhecimento do assunto para um encaminhamento junto aos bolsistas.

Pudemos observar ao longo dos atendimentos que as dificuldades dos estudantes, apesar de simples, exigiam além de um conhecimento linguístico de Libras, e de como ensinar o português, também necessitava um convívio cultural com a comunidade surda. Entre as dificuldades encontradas no ensino de português para esses alunos podemos listar, por exemplo: a falta de correlação entre palavra e imagem baseada na ausência do conhecimento de mundo, por conhecimento de mundo entende-se a familiaridade com as coisas com as quais nos relacionamos durante a vida.

Devido à defasagem de conhecimento adquirida durante a vida escolar, processo desencadeado pela própria dificuldade de inclusão na escola regular, os estudantes atendidos também eram resistentes com relação ao aprendizado da Língua Portuguesa, tendo como consequência uma dificuldade com a Língua Portuguesa escrita em diversas disciplinas escolares como: História, geografia, matemática, química, física e outras.

Além disso, foi possível constatar uma dificuldade de interação entre os profissionais educacionais, professor ouvinte e intérprete de Libras para auxiliar o aprendizado do aluno surdo nas escolas regulares inclusivas em São João del Rei. Esse fato foi constatado, por meio dos deveres de casa e de relatos dos alunos surdos com



relação ao não entendimento do conteúdo explicado pelo professor na escola, pelos sinais errados com relação ao contexto dos textos interpretados em sala de aula pelo intérprete, ou mesmo, figura de um intérprete na função de ajudador e assistencialista, fato, por exemplo, de o professor permitir que os alunos surdos que tinham mais dificuldades se sentassem com aqueles que conseguiam aprender e fazer as atividades para copiar ou mesmo colocar os nomes na atividade somente para ter uma nota e ser aprovado.

Infelizmente, essas e outras ações foram claramente percebidas durante os atendimentos, notamos também quando os estudantes chegavam a sala para receber os atendimentos, eles esperavam que as atividades escolares que estavam levando fossem feitas para eles por nós, os bolsistas, ao explicitar que a atividade deveria ser feitas pelos próprios alunos, estes passavam dias sem procurar pelo atendimento. Concluímos, então que esse hábito é decorrente da má estruturação da escola inclusiva que, ao invés de incentivar o raciocínio lógico e crítico desses alunos, preocupa-se com a não retenção destes nos anos escolares básicos, o que incide em um déficit de conhecimento muito grande que o acompanha durante toda vida escolar.

Com essa perspectiva de falta de conteúdo, nós realizamos os atendimentos especializados visando atender os deveres escolares, a fim de diminuir a falta de compreensão dos alunos nas atividades escolares Para tanto, buscamos por meio de atividades o incentivo de raciocínio lógico com a utilização de jogos como Caça-Palavras, Tabuada e outros, além disso, foi proposto atividades de português para o incentivo da leitura e da escrita.

Com o fim dos atendimentos, as atividades na sala de Recursos ficaram voltadas ao suporte de pessoas interessadas na temática da inclusão, como o Pibid¹ do curso de Química que solicitou a impressão Braille para confecção de jogos inclusivos, e ao estudo de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos.

Para a implantação do curso de português como segunda língua, foi estabelecido que este ensino tivesse uma perspectiva bilíngue, ou seja, o ensino de língua portuguesa escrita por meio da língua materna, a Libras. Para a oferta do curso de Língua Portuguesa como segunda língua, uma das bolsistas foi até a escola onde se concentra

¹ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).



um número maior de estudantes surdos e levou um questionário que foi preenchido pelos alunos que tinham interesse.

O curso teve carga horária de 30 horas e contou com a presença de 13 pessoas surdas da cidade de São João del Rei. O curso acontecia aos sábados e era ministrado referencialmente por professores surdos.

Outra ação do programa que buscou acrescentar na formação os alunos da UFSJ, e quebrar paradigmas e preconceitos da comunidade, foi a realização do I Ciclo de Palestras para Educação de Surdos, que aconteceu nos dias 13 e 14 de setembro e mobilizou cerca de 200 pessoas, dentro do Campus Dom Bosco. Foram convidados professores da área de outras instituições para que pudessem falar sobre as experiências da educação de surdos no ensino superior, destacando as dificuldades e as conquistas obtidas.

4 CONCLUSÃO

O Programa de Extensão “Sala de Recursos Multifuncionais” durante sua vigência, trouxe a possibilidade de inclusão e a quebra de barreiras aos alunos com deficiência, propondo uma oportunidade de qualificação profissional para os alunos graduandos, valorizando a interação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte. Ações como atendimento educacional especializado, curso de português como segunda língua para surdos, propostas de oficinas e participação em palestras e eventos, incluiu a comunidade surda no ambiente acadêmico, da Universidade Federal de São João del Rei, por meio de um olhar transcultural e social.

O Programa de extensão abriu um espaço para estudo sobre outras áreas, como a cegueira, a dislexia e o encontro com as realidades vivenciadas pelos surdos incluídos nas escolas de São João del Rei (MG). Com isso, pode-se mapear as demandas, as dificuldades, propondo repensar a inclusão também sobre um enfoque social, que necessita de comprometido, aprendizado, profissionalização, e envolvimento com as questões específicas de cada indivíduo.

Sendo assim, observa-se a importância das universidades propor junto a professores e discentes um lugar onde os estudantes possam encontrar auxílio para as dificuldades encontradas no dia a dia em sala de aula, para que esses sujeitos sejam cada



vez mais autônomos. Em fim, a proposta do Programa de extensão: “Sala de Recursos Multifuncionais da UFSJ”, buscou cumprir seu papel em dar suporte a esses estudantes da comunidade local e acadêmica, e embora sejam encontradas muitas dificuldades a serem contornadas e um déficit muito grande a ser restaurado no aprendizado dos alunos, é possível que isso venha a ser reduzido por meio da dedicação por parte dos alunos, familiares e do corpo docente que os acompanha dentro e fora da sala de aula, pois somente assim será possível uma educação realmente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. J.. **Política pública de inclusão de minorias e maiorias**. In: LODI, A. C. B. et al. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 81-86.

ALVES, D. O.. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2007.

CARVALHO, R. E.. O Direito de Ter Direito. In: **Salto para o futuro**. Educação Especial: Tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999. BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução 4, de 2 de outubro de 2009.

GESSER, Audrei. **“Um olho no professor surdo e outro na caneta”**: ouvintes aprendendo a língua brasileira de sinais. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.

MARQUES, C. A. et al. Pedagogia da inclusão: uma prática libertadora em Paulo Freire. In: MARQUES, L. P.. MARQUES, C. A.. **Da exclusão à inclusão: (re)construindo significados à luz dos pensamentos de Vygotsky, Paulo Freire e Michel Foucault**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009. p. 37-66.

SANCHES, P. A.. A educação inclusiva: Um meio de construir escola para todos no XXI. **Revista Inclusão**, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 7-18.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003.

SKLIAR, C.. **Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade**. In: SKLIAR, C.. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Mediação, 2010.

TESKE, O.. Letramento e minorias numa perspectiva das ciências sociais. In: LODI, A.C. B.



Et al. **Letramento e Minorias** Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 144-160.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

**Multifunctional resources room UFSJ:
perspectives and challenges in accessibility
for deaf students**

Abstract: This paper describes and reports on reflections on the actions performed in 2015 in the Extension Project "Multifunctional Resources Room - UFSJ", sponsored by the Program for Scholarships in Extension - (Federal University of São João del-Rei). This program aimed to promote accessibility for UFSJ students with any special needs and to give educational support also for the local deaf community, so as to grant this minority group conditions to access academic knowledge.

Key-words: Accessibility; Deaf people; Inclusion.

**Salón de recursos multifuncionales UFSJ:
perspectivas y desafíos en la accesibilidad
para estudiantes sordos**

Resumen: Este relato de experiencia trata de la descripción y la reflexión de las medidas adoptadas en el año 2015 a través del Programa de Extensión "Salón de Recursos Multifuncionales UFSJ", financiado por el Programa de Becas de Extensión - Universidad Federal de São João del-Rey. Los objetivos del mencionado programa se basaron en la promoción de la accesibilidad de UFSJ los estudiantes con algún tipo de necesidad específica, además de asistir, apoyar y dar soporte educativo para la comunidad sorda local, para asegurar a este grupo minoritario condiciones de acceso al conocimiento académico.

Palabras clave: Accesibilidad; Sordos; Inclusión.

Original submetido em: 09 jan. 2017

Aceito para publicação em: 15 out. 2017

Sobre os autores:

Cleuzilaine Vieira da Silva

Professora de LIBRAS da Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ, mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em educação da UFSJ e coordenadora do programa de extensão "Sala de recurso multifuncional UFSJ".

Ariane Luiza Costa Silva

Graduanda do curso de Química e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Universidade Federal de São João del-Rei.

Bruna Reis Serpa

Graduanda do Curso de Psicologia e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Universidade Federal de São João del-Rei.

Cassia Denise dos Santos

Graduanda do Curso de Psicologia e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Universidade Federal de São João del-Rei.

Iuli do Carmo Melo

Graduanda em Pedagogia e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Universidade Federal de São João del-Rei.

Orisvaldo Antônio da Silva

Chefe do setor de inclusão e assuntos comunitários da Universidade Federal de São João del-Rei, vice-coordenador do programa de extensão "Sala de recurso multifuncional UFSJ".

Stelly Laura de Souza Andrade

Graduanda em Letras e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Universidade Federal de São João del-Rei.